

Aplicação do RDA em instituições latino-americanas: um panorama do processo de implementação

*Application of the RDA cataloging standard in Latin American institutions:
An overview of the implementation process*

Alice Silva dos Santos

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: alicesilva0119@gmail.com

Felipe Augusto Arakaki

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente na Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: felipe.arakaki@unb.br

RESUMO

Este é um estudo documental sobre os principais métodos utilizados por instituições latino-americanas na aplicação do padrão de catalogação Recurso: Descrição e Acesso (RDA). Indicam-se características do RDA e dos modelos conceituais envolvidos em sua estrutura. Abordam-se diferenças entre o RDA e o seu antecessor, o Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição (AACR2r). Dessa forma, objetiva-se apresentar os procedimentos utilizados por instituições latino-americanas para implementar o RDA em seus catálogos. Os resultados mostram um panorama dos métodos, técnicas e questões observados por meio da realização dos objetivos desta pesquisa. As considerações finais foram estabelecidas a partir da realização dos objetivos desta pesquisa, da reflexão sobre os materiais analisados, e dos resultados obtidos.

Palavras-chave: Recurso: Descrição e Acesso. RDA. Catalogação. América Latina.

ABSTRACT

This is a documentary study on the main methods used by Latin American institutions regarding the application of the cataloging standard Resource: Description and Access (RDA). Characteristics of the RDA and the conceptual models involved in its structure are presented. Differences between the current standard and its predecessor – the Anglo-American Cataloging Rules - 2nd edition (AACR2) – are addressed. Thus, this study aims to present the procedures used by Latin American institutions to implement the RDA in their catalogues. The results show an overview of the methods, techniques, and issues observed through achievement of the objectives of this study. The final considerations were established by accomplishing the objectives of this study, the deliberation on the materials analyzed, and the results obtained.

Keywords: Resource: Description and Access. RDA. Cataloging. Latin America.

1 INTRODUÇÃO

Em 2010, foi divulgado um novo instrumento para descrição de recursos informacionais: o Recurso: Descrição e Acesso (RDA), publicado pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA - JSC RDA* (Comitê de Direção Conjunta para o Desenvolvimento do RDA). Esse instrumento foi desenvolvido para atender aos novos recursos informacionais digitais e possibilitar o estabelecimento de relações entre os registros de informação por intermédio dos modelos conceituais existentes em sua estrutura.

Dessa forma, questiona-se quais estratégias que as instituições latino-americanas utilizaram para aplicar o RDA em seus catálogos. Assim, o objetivo deste estudo é apresentar um panorama dos principais procedimentos adotados por instituições latino-americanas para implementar o RDA em seus catálogos.

Machado e Pereira (2015) e Machado e Zafalon (2020) apontaram que a América Latina apresenta baixa produtividade científica sobre o RDA. Isso demonstra que o estudo e a adoção do RDA ainda estão em desenvolvimento e necessitam ser amplamente discutidos. À vista disso, observa-se a importância da elaboração de estudos sobre o cenário atual do RDA na América Latina, assim como de sua aplicação pelas instituições.

Este estudo apresenta, inicialmente, uma breve descrição da estrutura e características do RDA, passando então aos procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa. Os resultados mostram os relatos das instituições latino-americanas que implementaram o RDA. Por fim, são apresentadas as considerações.

2 O RDA

O Recurso: Descrição e Acesso (RDA) foi desenvolvido com base nos modelos conceituais FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos), FRAD (Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade), e FRSAD (Requisitos

Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto), além de considerar características do AACR2r (Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição).

O FRBR caracteriza-se como um modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento e, segundo Pacheco e Ortega (2015, p. 66),

[...] foi elaborado com o objetivo principal de organizar as diversas partes que compõem a estrutura dos registros bibliográficos, recomendando um nível básico de funcionalidade dos registros e relacionando os seus elementos com as necessidades dos usuários, com uso das premissas do modelo E-R de Peter Chen (1976).

Já o modelo FRAD, que segue a mesma estrutura metodológica do FRBR, tem como foco esclarecer e definir quais são os requisitos funcionais para os dados relativos ao controle de autoridade. Segundo a *International Federation of Library Associations And Institutions* (2013, p. 1, tradução nossa):

O objetivo principal deste modelo conceitual é fornecer uma estrutura para a análise de requisitos funcionais para os tipos de dados de autoridade que são necessários para apoiar o controle de autoridade e para o compartilhamento internacional de dados de autoridade.

O FRSAD, por sua vez, é um modelo voltado para a definição dos requisitos necessários para o estabelecimento de um controle de dados sobre assuntos. Sobre os objetivos deste modelo, foi estabelecido que o grupo responsável pelo seu desenvolvimento deveria seguir metas como:

Fornecer um quadro de referência estruturado e claramente definido para relacionar os dados contidos nos registros de autoridade de assunto para as necessidades de seus usuários;
Auxiliar na avaliação do potencial de compartilhamento internacional e uso de dados de autoridade de assunto dentro e fora do setor de bibliotecas. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2010, p. 9, tradução nossa).

A aplicação dos modelos conceituais é percebida claramente na estrutura do RDA, pois, segundo Oliver (2010, p. 31, tradução nossa), ao observar a estrutura das seções do código

[...] encontramos mais evidência de seu alinhamento com o FRBR e o FRAD. A estrutura do capítulo dentro de cada seção está alinhada com as tarefas de usuário do FRBR e do FRAD. Cada seção começa com um capítulo com instruções gerais. Os capítulos restantes estão organizados de acordo com as tarefas do usuário. Cada capítulo inclui instruções para apoiar uma das tarefas do usuário.

Embora apresente diferenças substanciais em relação à estrutura do AACR2r, o desenvolvimento do RDA começou a partir da revisão e busca pelo aprimoramento do primeiro. Para Ramírez Méndez (2015, p. 12, tradução nossa),

a grande diferença entre o AACR e o RDA é que o segundo provê as pautas necessárias para o tratamento de uma maior quantidade de recursos, incluindo os digitais, o que o AACR não alcançava em sua totalidade.

Outra diferença que pode ser apontada entre os dois é o fato de o RDA contar com um portal *on-line* onde os assinantes podem ter acesso ao seu conteúdo do recurso, assim como às atualizações. Silva et al. (2012, pp. 116-117), explica que

o RDA Toolkit é o portal que contém todo o conteúdo da norma, em linha, além de disponibilizar também as AACR2 com links para a RDA, destacando diferenças e mudanças entre os padrões. À medida que os conteúdos vão sofrendo atualizações, o Toolkit disponibiliza *on-line* aos assinantes todas as novidades. Em suma, esse kit de ferramentas estará disponível ao catalogador via Web.

Assim, observa-se que a estrutura do RDA se ampara principalmente nas possibilidades oferecidas pelos modelos conceituais, que permitem, entre outras coisas, o estabelecimento de relacionamentos entre registros de informação, definindo e possibilitando aos usuários o acesso a mais informações por meio de sua busca.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este é um estudo qualitativo realizado através de pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Godoy (1995, p. 21), a pesquisa documental

[...] representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial.

Assim, por intermédio da leitura e análise de trabalhos existentes na literatura sobre a aplicação do RDA nos catálogos de instituições latino-americanas, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para compreensão e obtenção de indicações sobre os métodos adotados por cada uma delas nesse processo.

O material utilizado no desenvolvimento desta pesquisa foi selecionado manualmente. Alguns dos artigos selecionados foram obtidos a partir do acesso à rede de repositórios "*La Referencia*", à BRAPCI, aos anais do "I Encontro de RDA no Brasil", e aos "Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (Anais do CBBB)". O delineamento dos textos escolhidos abrangeu os idiomas português, inglês e espanhol.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões sobre os relatos de instituições latino-americanas quanto à adoção do RDA são apresentados nesta seção. Com a breve descrição de características RDA na segunda seção, compreende-se que sua implementação seria benéfica para as instituições e seus usuários; entretanto, questões como a sua tradução e preço podem influenciar a decisão sobre a sua adoção.

Encontram-se na literatura trabalhos variados que discutem o desenvolvimento do RDA, as vantagens e desvantagens de sua utilização e suas

semelhanças e diferenças quanto ao AACR2r. Acredita-se que seja importante, além disso, o desenvolvimento de mais pesquisas apresentando e/ou indicando possíveis caminhos para a implementação do RDA, destacadamente, para as instituições da América Latina que estão considerando ou estão em processo de implementação do código em seus catálogos. Entender a forma como o código vigente tem sido adotado poderá contribuir para a execução dessa atividade em outras instituições. Desse modo, apresentam-se a seguir relatos e indicações de instituições latino-americanas sobre a aplicação do RDA.

Inicialmente, discute-se a experiência da Argentina, relatada por Barber e Salta (2017), na qual os autores apontaram que o interesse pelo estudo do RDA no país começou no "II Encontro Nacional de Catalogadores da Argentina", realizado em 2009 pela Biblioteca Nacional Mariano Moreno da República Argentina (BNMM). Posteriormente, em 2012, formou-se o Grupo de Trabalho sobre o RDA, responsável por "[...] decidir os passos a seguir com o código dentro da Argentina." (BARBER; SALTA, 2017, p. 43, tradução nossa). As ações realizadas por esse grupo foram: análise completa do modelo FRBR (com a divulgação, ensino e aplicação de exemplos do modelo nos catálogos da BNMM); estudo do RDA (a leitura do código foi dividida entre todos os membros do grupo, de forma que posteriormente cada equipe ficou responsável por apresentar sua análise para as outras); elaboração de uma tabela comparativa entre o AACR2r e o RDA (as observações finais dessa comparação, foram reunidas e disponibilizadas pela BNMM em 2015 no seguinte documento: <https://www.bn.gov.ar/web/bibliotecarios/rda/comparacion-rda-aacr2.pdf>).

Outra atividade que contribuiu para a aplicação do RDA na Argentina foi o projeto "Tradução para espanhol do material de treinamento do RDA elaborado e armazenado pela *Library of Congress* (LC)". Esse projeto foi elaborado com o propósito de "[...] disponibilizar recursos de aprendizagem do RDA qualitativamente garantidos e adequados, dirigidos às bibliotecas ibero-americanas." (BARBER; SALTA, 2017, p. 51, tradução nossa). Assim, esse projeto pôde suprir a carência de materiais de treinamento sobre o RDA em espanhol para todos os catalogadores falantes desse idioma.

Passa-se, então, ao relato da aplicação do RDA no Chile, desenvolvido por Quiroz Ubierna (2017). Segundo a autora, em 2010, bibliotecários de diferentes instituições do país se reuniram para estudar o RDA por meio da formação do "Grupo de Interesse RDA Chile (GIRCH)", o qual permaneceu ativo até 2014. Entre as atividades desempenhadas pelo GIRCH, citam-se: tradução da tabela de conteúdo do RDA; capacitação teórica sobre o "RDA e sua relação com outros padrões"; colaboração na tradução dos materiais de capacitação sobre o "RDA para registros bibliográficos", elaborados pela LC; realização de capacitações sobre as "Normas de Catalogação RDA para bibliográficos". Com o encerramento desse grupo em 2014, algumas instituições do Chile continuaram a estudar o RDA individualmente.

Quiroz Ubierna (2017) afirmou, ainda, que algumas instituições chilenas aplicaram o RDA de forma parcial e outras de forma completa. Nos casos de adoção parcial do RDA, exemplifica-se que houve casos de implementação "híbrida", onde apenas alguns campos MARC oriundos do RDA foram incorporados ao catálogo da instituição que ainda utilizava o AACR2r. Outro exemplo apresentado pela autora foi a aplicação do RDA em grupos de registro, de forma a "[...] estudar e avaliar o tempo dispendido para criar registros utilizando os 'novos' campos MARC considerados pelo RDA." (QUIROZ UBIERNA, 2017, p. 5, tradução nossa). Quanto aos casos de adoção completa do RDA, menciona-se o caso da *Biblioteca Central de la Universidad de Concepción*, a qual continuou estudando o RDA após o fim do GIRCH, realizou capacitações através de um curso e uma oficina sobre o código e, em 2014, modificou sua base de registros bibliográficos inteiramente para as diretrizes do RDA. A autora discutiu, por fim, a forma como a *Biblioteca del Congreso Nacional de Chile* implementou o RDA na catalogação de seus registros bibliográficos e de autoridade. Essa atividade ocorreu por meio do estudo da ferramenta RDA *Toolkit*, da realização de uma série de capacitações internas e da elaboração de um plano para a aplicação do RDA em seu catálogo.

Avançando para o estudo da aplicação do RDA na Colômbia, foi verificado o relato de Tusó González (2017). Em seu artigo, o autor afirmou que a implementação do RDA na Colômbia se deu mediante uma "prova piloto", uma

série de reuniões realizadas desde 2015 com o intuito de elaborar registros em RDA. Essa “prova piloto” foi liderada pela *Biblioteca Nacional de Colombia* (BNC), e contou com a participação de diferentes unidades de informação do país. Segundo o autor, com a realização dessa “prova piloto” foram alcançados avanços quanto à adoção do RDA, como a elaboração de um plano de leitura do RDA *Toolkit* e dos modelos FRBR e FRAD, e o desenvolvimento de um cronograma para elaboração de registros baseados nas entidades dos modelos conceituais (TUSO GONZÁLEZ, 2017).

Destaca-se o “*Foro RDA*”, desenvolvido pela BNC em 2015 e por meio do qual foram elaborados modelos, guias e planilhas para apoiar a criação de registros em RDA, observando diferentes entidades e materiais de informação. Entre as metas do “*Foro RDA*”, citam-se: “Fornecer acesso aos conteúdos desenvolvidos na “prova piloto” de forma aberta, livre e acessível. [...] Gerar mecanismos de debate em razão do desenvolvimento das temáticas orientadas ao RDA.” (TUSO GONZÁLEZ, 2017, p. 3, tradução nossa). Tuso González (2017) abordou, ademais, a implementação do RDA no controle de autoridades da BNC, a qual ocorreu mediante as seguintes etapas:

Migração em formato MARC do SIB [Sistema Integrado de Bibliotecas] *Shymphony* da base de dados matricial de catalogação.
Normalização de registros e unificação de autores.
Aplicação do padrão e etiquetas RDA de acordo com o modelo de autoridades pessoais.
Migração ao repositório central de autoridades, uma vez normalizada a informação.
Integração das entidades participantes da prova piloto, como as universidades, no desenvolvimento do catálogo centralizado.
(TUSO GONZÁLEZ, 2017, p. 13, tradução nossa).

Seguindo para o relato da aplicação do RDA no México, foram analisadas as ideias do artigo de Martínez Arellano, Santana Chavarría, e Rosa Valgañón (2017). Nesse artigo, os autores abordaram a aplicação do RDA na Biblioteca Nacional do México, na Direção Geral de Bibliotecas da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), e a relação do Instituto de Investigações Bibliotecárias e da Informação com o estudo das diretrizes no país. Segundo os

autores, na metodologia considerada pela Biblioteca Nacional do México para a adoção do RDA, “[...] houve o cuidado de, nas etapas de sua implementação, formar-se equipes de trabalho com as instituições que o analisavam desde a teoria e também com aquelas que o estavam implementando.” (MARTÍNEZ ARELLANO; SANTANA CHAVARRÍA; ROSA VALGAÑÓN, 2017, p. 3-4, tradução nossa).

Além disso, a participação em fóruns nacionais e internacionais de catalogação, consultas com pessoas diretamente envolvidas com o RDA, e a participação nos cursos, conferências e fóruns de discussão sobre o código, influenciaram a decisão sobre a sua adoção nessa biblioteca. Outros procedimentos considerados pela instituição para a aplicação do RDA foram a realização de reuniões voltadas essencialmente para estudar e preparar a sua implementação e a capacitação de seus funcionários. O artigo informou, ademais, quais etapas foram definidas e seguidas para a implementação do código nessa biblioteca, sendo elas:

Mudanças no registro bibliográfico de cada tipo de recurso.
[Criação de] Modelos ou formatos para introdução de dados para cada tipo de recurso.
Redação de políticas e procedimentos.
Trabalho de controle de autoridades.
[Elaboração de] Procedimento para o controle de autoridades.
[Comunicação dos] Requerimentos para o Departamento de Informática em cada etapa. (MARTÍNEZ ARELLANO; SANTANA CHAVARRÍA; ROSA VALGAÑÓN, 2017, p. 5, tradução nossa).

Sobre a aplicação do RDA na Direção Geral de Bibliotecas, Martínez Arellano, Santana Chavarría e Rosa Valgañón (2017) afirmaram que esse processo começou pela análise da estrutura do RDA, a qual, posteriormente, levou a mudanças no Catálogo do Sistema Bibliotecário e da Informação da UNAM. Dentre essas mudanças, estão o acréscimo de etiquetas, subcampos e relacionamentos entre entidades considerados pelo RDA. Já a relação do código com o Instituto de Investigações Bibliotecárias e da Informação se deu por meio da sua atuação ao realizar projetos sobre o RDA, da participação em uma série de reuniões voltadas para a discussão de um código internacional de catalogação e

de temas como o modelo FRBR e do patrocínio do “Seminário de Organização da Informação”, que tinha como um de seus objetivos verificar os resultados da aplicação do RDA nas atividades de catalogação.

Com a apresentação dos métodos utilizados por algumas instituições latino-americanas anteriormente, segue-se para a discussão das metodologias utilizadas por instituições brasileiras para a implementação do RDA. Inicialmente, discorre-se sobre o relato de Selbach et al. (2020) com respeito ao processo de aplicação do RDA na Biblioteca Central Irmão José Otão da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Segundo os autores, a aplicação do RDA na biblioteca em questão começou em 2013, a partir da formação de grupos de estudos com os bibliotecários envolvidos com as atividades de catalogação, a elaboração de políticas voltadas para essas atividades, e a atualização das ajudas de campo do MARC 21. A implementação do código no catálogo de autoridades, de registros bibliográficos e no catálogo on-line terminou oficialmente em 2016 (SELBACH et al., 2020).

Quanto aos procedimentos pensados sobre a adoção do RDA na biblioteca da PUC-RS, Selbach et al. (2020, p. 730) afirmou que foram conjecturadas “[...] a inclusão de todas as informações descritivas das obras que promovessem a descoberta do material no catálogo.” Assim, ocorreram mudanças como o emprego de campos novos de acordo com o RDA e a adição de subcampos estabelecendo relações entre autoridades e obras. Ademais, a descrição de autoridades passou a ser realizada de forma detalhada, com a elaboração de registros mais completos e informativos. Por fim, os autores destacaram que a equipe da biblioteca busca constantemente atualizar-se quanto as novidades e práticas envolvidas com a catalogação, assim como quanto às alterações realizadas no RDA.

Ainda sobre a implementação do código vigente na Biblioteca Central Irmão José Otão da PUCRS, foi analisado, além do relato anterior, o artigo de Texeira et al. (2017). Nessa pesquisa, os autores discorreram sobre os fluxos de trabalho aplicados pelo Setor de Tratamento da Informação (STI) da biblioteca depois da aplicação do RDA pela mesma. Segundo Texeira et al. (2017, p. 3), “o RDA é uma norma exaustiva e minuciosa e que requer da equipe de

catalogadores que a utiliza conhecimento e controle sobre suas ações." Dessa forma, o STI da biblioteca elaborou o documento "Política de Tratamento da Informação da Biblioteca Central Irmão José Otão", que organiza as áreas do setor e suas atividades e informa quais materiais estão presentes em seu acervo, por exemplo (TEXEIRA et al., 2017).

Outrossim, os autores afirmaram que a partir do estudo e mapeamento das atividades desenvolvidas por cada departamento dentro do STI foram desenvolvidos manuais que pudessem padronizar e colaborar para a execução das práticas realizadas por cada um deles. Além desses manuais, foram elaborados "*Templates* para catalogação por tipo de material", nos quais,

[...] para cada campo e subcampo do Formato MARC 21 são elaborados campos de ajuda, com exemplos e orientações sobre a descrição em RDA, além de decisões aplicadas especificamente aos registros criados pelo STI. (TEXEIRA et al., 2017, p. 5).

Passando ao estudo do relato de implementação do RDA no controle de autoridades da Universidade de Caxias do Sul (UCS), foi analisado o trabalho de Hubner, Teixeira e Correio (2017). Segundo os autores, a atividade de controle de autoridades pode ter sua importância justificada, por exemplo, por ser responsável pelo desenvolvimento de registros que "[...] permitem a criação de consistência no acesso a registros bibliográficos e uma estrutura de referência cruzada para nomes e assuntos controlados [...]". (HUBNER; TEIXEIRA; CORREIO, 2017, p. 51, tradução nossa).

Dessa forma, os bibliotecários da UCS estudaram principalmente três seções da estrutura do RDA: Seção 3 (Registro de atributos para Pessoa, Família e Instituição), Seção 6 (Registro de relacionamentos para Pessoas, Famílias e Instituições) e Seção 9 (Registro de relacionamentos entre Pessoas, Famílias e Instituições). Foram analisados, então, os capítulos dessas seções de modo detalhado, considerando suas instruções de aplicação e os elementos essenciais indicados para a descrição de pontos de acesso autorizados para pessoas, famílias e instituições.

Segundo os autores, o interesse pela adoção de novos campos RDA no catálogo de autoridades da UCS surgiu a partir do estudo dos documentos disponibilizados pela LC, nos quais já constavam os campos que foram adicionados ao formato MARC. Assim, a equipe de bibliotecários da UCS optou por destacar e analisar imagens do catálogo de autoridade da LC para verificar o uso do RDA nos registros criados por essa instituição. Após a realização desse método, a equipe da UCS estipulou e seguiu as seguintes ações: 1 - Definição dos campos a serem usados em uma política para registrar autoridades; 2 - Tradução dos campos e subcampos do MARC Autoridades para o RDA; 3 - Criação de uma tabela com todos os campos e subcampos a serem inseridos no *software*; 4 - Implementação dos novos campos no *software* Pergamum (HUBNER; TEIXEIRA; CORREIO, 2017). Em suma, os autores salientaram que a aplicação do RDA no controle de autoridades da UCS foi uma atividade longa e que demandou, ainda, mais estudos sobre as regras do código e as ferramentas utilizadas para a descrição de registros informacionais.

Para encerrar a apresentação e análise dos métodos utilizados pelas instituições latino-americanas que aplicaram o RDA em seus catálogos, analisou-se o relato de Silva e Soares (2019) sobre a adoção do código na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Segundo as autoras, a ideia de implementar as diretrizes RDA no controle de autoridade da UFJF apareceu após a migração dos dados do SIGA para o *software* Pergamum, considerando que “[...] a criação de registros de autoridade mais completos facilitará a transição para os futuros esquemas de estruturação de dados totalmente em RDA.” (SILVA; SOARES, 2019, p. 95). Assim, antes de começar a aplicação do RDA no catálogo, procedimentos como a centralização da criação de registros de autoridade e a organização e o aperfeiçoamento dos registros do corpo docente da UFJF foram adotados (SILVA; SOARES, 2019).

Posteriormente, a metodologia utilizada para implementar o RDA no catálogo começou com a inserção dos campos MARC 21, em concordância com o RDA, nos registros dos docentes relacionados ao curso de Farmácia da UFJF. Os seguintes campos foram implementados: 040 - Fonte catalogadora; 370 - Locais associados; 372 - Campo de atividade; 373 - Instituições associadas; 374 -

Profissão; 375 - Gênero; 377 - Idiomas associados; 378 - Forma completa do nome. Ainda sobre esse processo, as autoras afirmaram que o estudo de catálogos de autoridades como o da LC e o da Universidade de Caxias do Sul (UCS) contribuíram para a definição dos campos.

Sobre as fontes de informação utilizadas para preenchimento dos campos, as autoras indicaram o uso da Plataforma Lattes e do sistema Pergamum em si. Em conclusão, verificou-se no artigo que houve adaptação dos subcampos que seriam empregados na descrição dos registros em RDA. As autoras mencionaram, entre outros exemplos, que

no campo 370 (locais associados) escolheu-se o subcampo \$g (local de origem do trabalho), pois é a informação mais relevante para esse tipo de autoridade dentre os outros subcampos disponíveis. Definiu-se que o campo 372 contaria com todas as áreas de formação acadêmica do docente, independente da área de atuação na instituição. Para o campo 373 (instituições associadas) optou-se por incluir todas as instituições da formação acadêmica e de trabalho disponíveis no Lattes. (SILVA; SOARES, 2019, p. 98).

Diante dos relatos discutidos anteriormente, compreende-se que existem diferentes metodologias que podem ser empregadas para a implementação do RDA, as quais poderão variar a partir do tipo de biblioteca e do catálogo no qual o código será aplicado, por exemplo. Assim, o Quadro 1 apresenta um panorama dos métodos, técnicas e questões levantadas na literatura sobre a implementação do RDA.

Quadro 1 - Análise da adoção do RDA

Relato	Analizou os modelos conceituais que estruturam o código	Traduziu o código ou materiais relativos a ele	Apontou dificuldades	Apontou benefícios	Utilizou e/ou gerou produtos de informação	Ofereceu indicações
Argentina	X	X			X	X
Chile	X	X			X	
Colômbia	X		X	X	X	X
México	X		X	X	X	X
Brasil -	X	X	X	X	X	

UCS						
Brasil - Biblioteca Central Irmão José Otão	X		X	X		
Brasil - UFJF			X	X	X	X
Resultados afirmativos	6	3	5	5	6	4

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Por meio da análise dos relatos das instituições sobre a aplicação do RDA, fatores como suas vantagens, dificuldades, questões sobre a sua tradução, entre outros, foram destacados e reunidos no quadro acima de forma a oferecer uma perspectiva de cada instituição sobre o processo de utilização do RDA. Observa-se no Quadro 1 que o número de instituições estudadas que apontaram tanto dificuldades como benefícios na aplicação do RDA é o mesmo. Salienta-se, ademais, que o número de bibliotecas que traduziu o RDA, ou materiais relativos a ele, é pequeno se comparado com outros valores indicados no mesmo quadro.

Para mais, apresenta-se o quadro a seguir de forma a realçar, definir e exemplificar as principais técnicas e possibilidades observadas quanto ao processo de implementação do RDA, desde o estudo de sua estrutura, passando pela questão do desenvolvimento de políticas para a atividade de catalogação, por exemplo.

Quadro 2 - Técnicas para aplicação do RDA

Estudo do RDA	- Formação de grupos de estudo; - Análise de documentos e da adoção do RDA por outras instituições; - Estudo da ferramenta RDA <i>Toolkit</i> .
Análise dos modelos conceituais envolvidos na estrutura do RDA: FRBR, FRAD e FRSAD	Estudar e compreender os modelos FRBR, FRAD e FRSAD, antes ou durante a implementação do RDA, contribuirá para a assimilação e criação de relacionamentos entre os registros de informação.
Desenvolvimento e/ou participação em capacitações, projetos, eventos, cursos etc. que apoiem o estudo e a utilização	A reunião com outros profissionais e o desenvolvimento de ações que promovam o ensino e discussão acerca do RDA é

do RDA	benéfica para o conhecimento e divulgação do código.
Tradução do RDA e/ou de materiais relativos a ele	A tradução pode facilitar o entendimento do código, mas pode gerar ambiguidade e/ou confusão sobre seu conteúdo.
Aplicação do código em grupos de registros	Implementação "híbrida" do código (Aplicação do RDA em um catálogo que ainda contém registros em AACR2r).
Elaboração de políticas	O desenvolvimento de políticas que expliquem e organizem as atividades de catalogação, da biblioteca em si, e do código utilizado pela instituição, contribuirão para sua regulamentação e compreensão.
Criação de materiais, <i>templates</i>, planilhas, orientações etc. sobre a utilização do RDA	<ul style="list-style-type: none"> - Mensagens de ajuda sobre os campos inseridos no catálogo; - Materiais com exemplos de aplicação do código; - Documentos com orientações sobre os campos e subcampos RDA e suas definições.
Adaptação do código às necessidades do catálogo da instituição e de seus usuários	Seleção entre os campos e subcampos RDA que forem considerados mais relevantes para a descrição e uso dos registros de informação da instituição.
Desenvolvimento de um plano de trabalho detalhado	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de cronogramas que organizem a implementação do RDA na instituição; - Divisão das atividades entre o grupo envolvido com a aplicação do código.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Como pode ser observado nos exemplos do Quadro 2, foram destacadas as formas pelas quais uma instituição responsável pelo tratamento e acesso à informação pode aplicar o RDA em seu catálogo informacional. O método que se destacou nas experiências apresentadas é o **estudo do código**, que pode parecer simples e banal à primeira vista, mas que deve ser enfatizado por sua importância. É a partir da definição do método de estudo e de sua realização que outras atividades poderão ser desenvolvidas.

Fatores como o tipo de instituição e o tamanho de sua equipe podem influenciar a decisão sobre qual metodologia seria mais proveitosa para a adoção

do código. Assim, julga-se que todos os métodos indicados na tabela são produtivos e devem ser adotados conjuntamente, se possível, facilitando e apoiando o processo de implementação do RDA nas instituições interessadas em sua utilização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi apresentar as instituições latino-americanas que aplicaram o RDA em seus catálogos e, assim, verificar as técnicas empregadas por elas para realizar esse processo. Com o cumprimento deste objetivo, verificou-se a importância dada ao estudo do código, dos modelos conceituais que integram sua estrutura e, principalmente, do trabalho em grupo.

Muitas das instituições analisadas indicaram em seus relatos dificuldades quanto à implementação do código - assunto que deve ser destacado, pois pode ter relação com a metodologia empregada na adoção do RDA. Porém, questões como o preço do código, sua tradução e a conveniência da instituição foram os principais fatores mencionados nos artigos analisados.

Quanto às diferentes metodologias de implementação do RDA descritas neste trabalho, constatou-se, por meio do relato das instituições, que elas foram efetivas, cada uma a seu modo. Assim, compreende-se que o interesse e o esforço quanto ao estudo e aplicação do código são aspectos significativos para o sucesso de sua implementação.

Considera-se, por fim, que o desenvolvimento de mais pesquisas sobre as técnicas utilizadas pelas instituições na implementação do RDA é de suma importância para a compreensão e compartilhamento de experiências entre as unidades de informação acerca desse processo. O entendimento de quais métodos são efetivos poderá facilitar a aplicação do código por outras instituições, assim como promover a criação de metodologias diferentes.

REFERÊNCIAS

ALMIRÓN, Fernanda *et al.* **Hallazgos en la comparación RDA-AACR2**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional Mariano Moreno de la República Argentina - Grupo de trabajo sobre RDA, 2015. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/web/bibliotecarios/rda/comparacion-rda-aacr2.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

BARBER, Elsa Esperanza; SALTA, Gerardo. Aproximaciones e intervenciones de la Biblioteca Nacional Mariano Moreno de la República Argentina con respecto a RDA: 2012-2017. **Información, cultura y sociedad**, n. 37, p. 41-58, 17 oct. 2017. Disponível em: http://repositorio.filo.uba.ar/bitstream/handle/filodigital/11220/uba_ffyl_a_ics_37-41.pdf.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 maio 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

HUBNER, Marcos Leandro Freitas; TEIXEIRA, Marcelo Votto; BAPTISTA, Michele Marques. RDA in the authority control of the University of Caxias do Sul library system. **Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas**, *IS. IJ*, v. 4, n. 2, p. 49-67, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/3119>. Acesso em: 25 maio 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional Requirements for Authority Data**: a conceptual model. 2013. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf. Acesso em: 23 maio 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**: a conceptual model. 2010. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

MACHADO, Raildo de Sousa; ZAFALON, Zaira Regina. Resource Description and Access (RDA): mapeamento sistemático de literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-19, jan. 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1313>. Acesso em: 23 maio 2020.

MACHADO, Raquel Bernadete; PEREIRA, Ana Maria. Produção científica acerca do novo código de catalogação RDA: análise bibliométrica de 2010 a 2014. **Rdbci: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, *IS. IJ*, v. 13, n. 2, p. 298-311, 31 maio 2015. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40189>. Acesso em: 23 maio 2021.

MARTÍNEZ ARELLANO, Filiberto Felipe; SANTANA CHAVARRÍA, Evelia; ROSA VALGAÑÓN, Patricia de la. Implementación de las RDA en la Universidad Nacional Autónoma de México. **Palabra Clave (La Plata)**, *IS. IJ*, v. 6, n. 2, p. 1-27, 2017. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe019/8110>. Acesso em: 24 maio 2021.

OLIVER, Chris. **Introducing RDA**: a guide to the basics. Chicago: American Library Association, 2010.

PACHECO, Kátia Lucia; ORTEGA, Cristina Dotta. Origem do modelo FRBR. **Biblos**, Universidade Federal de Minas Gerais, n. 60, p. 63-75, out. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5265899.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

QUIROZ UBIERNA, Angela. Implementación de las RDA en Chile: pasado, presente y futuro. **Palabra Clave (La Plata)**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe017/8108>. Acesso em: 24 maio 2021.

RAMÍREZ MÉNDEZ, Stevens. ¿Es necesario cambiar las Reglas de Catalogación Angloamericanas (RCAA) por Recursos, Descripción y Acceso (RDA)? **E-Ciencias de La Información**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-18, 1 jan. 2015. Universidad de Costa Rica. <http://dx.doi.org/10.15517/eci.v5i1.16925>. Disponível em: <https://revistas.ucrac.cr/index.php/eciencias/article/view/16925/17143>. Acesso em: 23 maio 2021.

SELBACH, Clarissa Jesinska *et al.* Catalogação com resource description and access (RDA): relato de experiência na biblioteca central irmão José Otão (PUCRS). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 25, n. 3, p. 729-733, 2020. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1719>. Acesso em: 25 maio 2021.

SILVA, Eliana Barboza de Oliveira *et al.* Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA). **Crb-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/9835>. Acesso em: 23 maio 2021.

SILVA, Fabíola Rubim; SOARES, Uíara Gonçalves. Registros de autoridades em RDA na Universidade Federal de Juiz de Fora: o controle de autoridades pessoais do corpo docente da instituição. In: I ENCONTRO DE RDA NO BRASIL, 1., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Udesc, 2019. p. 94-100. Disponível em: <https://rdanobrasil.org/wp-content/uploads/2019/12/2019-registros-de-autoridades-em-rda-na-ufjf-texto.pdf>. Acesso em: 31 maio 2021.

TEXEIRA, Marcelo Votto *et al.* Controle no fluxo de processos na catalogação: um estudo de caso na biblioteca central Ir. José Otão, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, v. 27, 2017, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: Anais do CBBB, 2017. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1924>. Acesso em: 25 maio 2021.

TUSO GONZÁLEZ, Fabio Ernesto. Prueba piloto de implementación del estándar de catalogación RDA en Colombia. **Palabra Clave (La Plata)**, v. 6, n. 2, p. e018, 27 abr. 2017. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe018/8109>. Acesso em: 24 maio 2021.

Recebido em: 24/07/2021
Aprovado em: 06/02/2022
Publicado em: 07/02/2022